

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

AUTISM AND SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Maria Margarete Marschall¹
Kauê Michel Rauber²
Marcio Giusti Trevisol³

RESUMO

O artigo aborda a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando a análise das políticas públicas no Brasil, os desafios enfrentados e as estratégias necessárias para garantir uma educação inclusiva eficaz. A problemática central está na desconexão entre as legislações que asseguram os direitos educacionais das crianças com TEA, como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e sua aplicação nas escolas, onde faltam infraestrutura adequada e formação de professores. O objetivo é investigar as barreiras à implementação das políticas de inclusão e propor soluções para efetivá-las. A metodologia foi qualitativa e exploratória, com coleta de dados documental. Os documentos analisados incluem a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial (2008) e diretrizes internacionais, como as da Organização Mundial da Saúde e o DSM-5, que fornecem bases teóricas sobre o diagnóstico do TEA. Os resultados indicam que, embora haja avanços legislativos importantes, como a inclusão de crianças com TEA nas escolas regulares, a implementação ainda é insuficiente. A Lei Romeo Mion (Lei nº 14.126/2021), que equipara o Transtorno do Espectro Autista às demais deficiências para todos os efeitos legais, reforça essa necessidade, pois, além de assegurar direitos, ela busca garantir que crianças com TEA tenham os mesmos acessos e condições de aprendizado que seus colegas. No entanto, as escolas continuam enfrentando dificuldades na sua implementação prática, como a falta de treinamento especializado para professores e de recursos tecnológicos e assistivos adequados.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Inclusão escolar; Políticas públicas; Educação especial; Metodologias pedagógicas.

ABSTRACT

The article addresses the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), emphasizing the analysis of public policies in Brazil, the challenges faced, and the necessary strategies to ensure effective inclusive education. The central issue lies in the gap between the legislation that guarantees the educational rights of children with ASD, such as the Berenice Piana Law (Law No. 12,764/2012) and the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015), and its application in schools, where adequate infrastructure and teacher training are still lacking. The objective is to investigate the barriers to implementing inclusion policies and propose solutions to make them effective. The methodology was qualitative and exploratory, with documentary data collection.

1 Mestranda em educação UNOESC. E-mail: margaretemarschall@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7572-7606>

2 Acadêmico Medicina UNC. E-mail: kaueralber@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7034-3846>

3 Doutor em Educação UNOESC. E-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6127-1750>

The documents analyzed include the Salamanca Statement (1994), the National Policy on Special Education (2008), and international guidelines, such as those from the World Health Organization and the DSM-5, which provide theoretical foundations for ASD diagnosis. The results indicate that, although there have been significant legislative advances, such as the inclusion of children with ASD in regular schools, implementation remains insufficient. Issues such as a lack of teacher training and the absence of assistive resources in schools are significant barriers. It is concluded that, to overcome the challenges, a coordinated effort between governments, schools, and families is necessary, ensuring that public policies are translated into effective practices capable of promoting the holistic development of children with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD); School inclusion; Public policies; Special education; Pedagogical methodologies.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa, caracterizada por dificuldades na comunicação social, comportamentos repetitivos e interesses restritos, cujas manifestações variam amplamente em severidade e impacto no desenvolvimento dos indivíduos (APA, 2013). A heterogeneidade de sintomas reforça a importância de uma compreensão interdisciplinar do TEA, que englobe tanto fatores genéticos quanto ambientais (Amaral, 2020). Além disso, a prevalência do autismo tem aumentado significativamente nos últimos anos, em parte devido a uma maior conscientização e ao avanço nos métodos de diagnóstico (CDC, 2023). Em escala global, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) estima que 1 em cada 100 crianças seja diagnosticada com TEA, embora essa prevalência varie entre os países, sobretudo pela disparidade no acesso ao diagnóstico e aos serviços de apoio.

Embora o autismo não tenha cura, intervenções precoces e apropriadas podem melhorar substancialmente a qualidade de vida dos indivíduos diagnosticados, promovendo seu desenvolvimento social, acadêmico e emocional. Nesse sentido, as legislações brasileiras desempenham um papel crucial na garantia dos direitos dessas pessoas. A Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) asseguram o acesso à educação, saúde e inclusão social, reconhecendo as pessoas com autismo como indivíduos com deficiência, garantindo-lhes os direitos fundamentais e os serviços necessários para o desenvolvimento integral (Brasil, 2012; Brasil, 2015).

Entretanto, apesar do arcabouço legal que fortalece a inclusão escolar de crianças com TEA no Brasil, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta uma série de desafios. Entre os principais obstáculos estão a falta de infraestrutura escolar adequada e a escassez de formação continuada para professores, o que impede a oferta de uma educação que atenda às necessidades específicas desses alunos (Oliveira, 2018). Não basta apenas garantir o acesso físico às escolas regulares; é necessário assegurar que os alunos com TEA tenham oportunidades reais de aprendizado que considerem suas particularidades, promovendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o social (Silva, 2019). Isso destaca a necessidade de um olhar crítico para as práticas educacionais e as políticas públicas vigentes, evidenciando as lacunas que ainda persistem entre o que é previsto legalmente e o que é efetivamente implementado.

A problemática central que emerge desse contexto é justamente a desconexão entre as diretrizes das políticas públicas inclusivas e a prática pedagógica nas escolas brasileiras. Embora o Brasil tenha avançado em termos de legislação e reconhecimento dos direitos das pessoas com TEA, a execução das políticas de inclusão escolar ainda está aquém do ideal, comprometendo a efetividade dessas ações. A formação inadequada dos profissionais da educação, somada à ausência de recursos assistivos e de infraestrutura escolar apropriada, constitui um cenário desafiador para a inclusão plena desses alunos (Santos e Ribeiro, 2021).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar as políticas públicas de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, analisando as barreiras que dificultam a implementação dessas políticas e propondo estratégias para sua efetivação. A análise documental das legislações e diretrizes educacionais será utilizada para compreender os desafios enfrentados pelas escolas na adaptação de suas práticas pedagógicas às necessidades desses alunos, além de examinar como as políticas públicas podem ser aprimoradas para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória, com base em uma análise bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada dos textos e das políticas públicas, considerando as complexidades envolvidas no processo de inclusão escolar de alunos com TEA. Segundo Cellard (2008), a análise documental é uma ferramenta eficaz para compreender os contextos em que as legislações e diretrizes são elaboradas, possibilitando uma leitura crítica das políticas públicas e das suas implicações práticas.

Os documentos selecionados para análise incluem a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, incluindo as com TEA, no sistema educacional regular. Além disso, a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) serão analisadas para identificar as garantias legais e os desafios na sua implementação. A Declaração de Salamanca (1994) também será utilizada como referência internacional para avaliar os princípios e as diretrizes da educação inclusiva.

Portanto, o problema a ser investigado reside na discrepância entre as legislações que asseguram o direito à inclusão escolar de alunos com TEA e os obstáculos práticos para a sua implementação, tanto no que se refere à formação dos profissionais quanto à infraestrutura das escolas. O estudo visa, assim, contribuir para a discussão sobre como tornar as políticas públicas de inclusão mais efetivas, garantindo que os alunos com TEA tenham acesso a uma educação que valorize suas singularidades e promova seu pleno desenvolvimento.

A metodologia de análise foi conduzida sob uma abordagem crítica, com o objetivo de identificar as garantias legais presentes nos documentos, bem como as lacunas que podem existir entre o que é preconizado pela legislação e a sua implementação prática nas instituições educacionais. A inclusão escolar de crianças com TEA exige mais do que adaptações físicas nos ambientes escolares; é necessária uma transformação nas práticas pedagógicas e uma capacitação contínua dos profissionais da educação para lidar com as especificidades desses alunos de forma eficaz.

Por fim, o estudo respeitou os princípios éticos, uma vez que se baseou exclusivamente em documentos públicos e oficiais, sem a necessidade de coleta de dados primários ou interação com sujeitos de pesquisa. A análise dos dados foi realizada de forma rigorosa, garantindo uma interpretação crítica e objetiva dos textos, respeitando a integridade dos documentos analisados e a fundamentação teórica. Embora a presente pesquisa tenha se limitado à análise documental, futuras investigações podem enriquecer este estudo com uma abordagem empírica, incluindo entrevistas com professores e gestores escolares para compreender melhor os desafios enfrentados na prática.

1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que se caracteriza por dificuldades na comunicação social e padrões de comportamento repetitivos e restritos. De acordo com o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o autismo é descrito como um espectro, o que significa que seus sintomas podem variar significativamente de pessoa para pessoa, com manifestações leves ou severas.

Os primeiros sintomas do transtorno do espectro autista frequentemente envolvem atraso no desenvolvimento da linguagem, em geral acompanhado por ausência de interesse social ou interações sociais incomuns (p. ex., puxar as pessoas pela mão sem nenhuma tentativa de olhar para elas), padrões estranhos de brincadeiras (p. ex., carregar brinquedos, mas nunca brincar com eles), e padrões incomuns de comunicação (p. ex., conhecer o alfabeto, mas não responder ao próprio nome). Um diagnóstico de surdez é geralmente considerado, mas costuma ser descartado. Durante o segundo ano, comportamentos estranhos e repetitivos e ausência de brincadeira típicas tornam-se mais evidentes. (DSM-5, 2014, p. 56)

Como podemos perceber, as principais áreas afetadas pelo TEA incluem a interação social, a comunicação (verbal e não verbal) e a flexibilidade de comportamento, sendo este último caracterizado por rigidez e resistência a mudanças (APA, 2013). Amaral (2020) ressalta que “o diagnóstico do autismo é complexo e multifatorial, envolvendo aspectos genéticos, ambientais e neurológicos” (p. 45). Ele destaca ainda que os primeiros sinais podem aparecer antes dos três anos de idade, com dificuldades de interação social e comunicação se tornando mais evidentes à medida que a criança se desenvolve, conforme podemos perceber no DSM - 5:

Os sintomas costumam ser reconhecidos durante o segundo ano de vida (12 a 24 meses), embora possam ser vistos antes dos 12 meses de idade, se os atrasos de desenvolvimentos forem graves, ou percebidos após os 24 meses, se os sintomas forem mais sutis. A descrição do padrão de início pode incluir informações sobre atrasos precoces no desenvolvimento ou quaisquer perdas de habilidades sociais ou linguísticas. Nos casos em que houve perda de habilidades, pais ou cuidadores podem relatar história de deterioração gradual ou relativamente rápida em comportamentos sociais ou nas habilidades linguísticas. (DSM-5, 2014, p. 55)

A autora Micheline Silva (2009), doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Clark University, destaca a importância de um diagnóstico precoce para que se possa realizar intervenções adequadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o diagnóstico costuma ocorrer entre os 3 e 4 anos de idade, mas a detecção dos primeiros sinais pode acontecer ainda antes, entre os 24 e 28 meses. No Brasil, no entanto, muitas crianças enfrentam dificuldades para receber um diagnóstico preciso, o que compromete o início de intervenções efetivas. Silva (2009) sublinha que o país ainda necessita de avanços nas práticas diagnósticas e que a adoção de estratégias mais eficazes, já utilizadas em outros países, pode melhorar significativamente o atendimento a essas crianças. Neste sentido, podemos compreender que esses fatores tornam o desenvolvimento escolar de crianças com TEA um desafio específico, que demanda abordagens pedagógicas diferenciadas e personalizadas, além de uma maior compreensão sobre suas necessidades.

A autora também menciona que, apesar de o aumento global nos casos de autismo exigir que os profissionais da saúde e educação estejam mais preparados para lidar com essas demandas, muitas crianças continuam a enfrentar barreiras para obter um diagnóstico adequado. Segundo Micheline Silva (2009), o papel de equipes interdisciplinares é fundamental para garantir uma avaliação ampla e intervenções adaptadas, maximizando as oportunidades de desenvolvimento para as crianças diagnosticadas com TEA.

Em síntese, as autoras Amaral (2020) e Micheline Silva (2009) destacam que o diagnóstico do TEA é uma tarefa complexa que demanda o envolvimento de múltiplas disciplinas e uma abordagem precoce para possibilitar o desenvolvimento pleno dessas crianças. Embora haja avanços no diagnóstico e nas práticas educativas, ainda existem desafios significativos, especialmente no Brasil, que precisa aprimorar suas práticas para se equiparar aos países com métodos mais avançados e eficazes.

2 AUTISMO: IMPACTO DO DIAGNÓSTICO E REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES FAMILIARES

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma criança provoca mudanças significativas não apenas na vida do próprio indivíduo, mas também em toda a dinâmica familiar. O TEA afeta o desenvolvimento motor, cognitivo, da linguagem e da interação social, e embora sua causa exata seja desconhecida, ele é considerado multicausal, envolvendo fatores genéticos, neurológicos e sociais (PINTO, 2016). O impacto inicial do diagnóstico costuma ser profundo, gerando respostas emocionais complexas e, em muitos casos, desafiando as relações dentro da família.

De acordo com Pinto (2016), o diagnóstico precoce do TEA é essencial, pois os primeiros sinais geralmente surgem antes dos três anos de idade. Esses sinais incluem dificuldade em se comunicar, falta de interação social e interesses restritos. No Brasil, a taxa de prevalência é de cerca de 27,2 casos por 10.000 habitantes, sendo mais comum em meninos. A partir do diagnóstico, a família costuma passar por uma série de estágios emocionais, como negação e luto, que refletem o processo de adaptação a uma nova realidade que muitas vezes frustra expectativas anteriormente idealizadas pelos pais.

O impacto nas relações familiares pode ser profundo, pois a aceitação do diagnóstico de TEA é frequentemente marcada por uma sensação de perda do “filho idealizado”. Segundo Pinto (2016), essa frustração é muitas vezes acompanhada por um sentimento de impotência, já que muitos pais não possuem o conhecimento necessário sobre o transtorno. Esse fator torna o papel dos profissionais de saúde

essencial, não apenas no esclarecimento do diagnóstico, mas também na oferta de apoio emocional e psicológico às famílias, de modo a ajudá-las a desenvolver novas estratégias para lidar com as necessidades da criança.

Estudos indicam (COLLET *et al.*, 2016), que a dinâmica familiar pode ser abalada pela sobrecarga emocional e financeira que o TEA frequentemente impõe. Além das questões emocionais, a reorganização da rotina familiar é um desafio recorrente. A necessidade de tratamentos especializados, terapias regulares e acompanhamento médico constante pode exigir ajustes significativos nos compromissos e papéis dentro da família (COLLET *et al.*, 2016). É nesse contexto que a informação e o suporte se tornam fundamentais para facilitar a adaptação da família e a construção de um ambiente de apoio para a criança com autismo.

Pinto (2016), também enfatiza que, ao longo do tempo, muitas famílias conseguem encontrar maneiras de reestruturar suas relações e enfrentar os desafios apresentados pelo autismo. A resiliência familiar pode ser fortalecida por meio de grupos de apoio e redes sociais que oferecem oportunidades para que pais e cuidadores compartilhem suas experiências. Ao mesmo tempo, o suporte especializado contínuo - envolvendo psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais da área da saúde - é crucial para aliviar a sobrecarga emocional e permitir que a família construa uma nova perspectiva sobre o futuro da criança.

Portanto, é essencial que os profissionais envolvidos no diagnóstico e acompanhamento das famílias ofereçam uma abordagem humanizada, que contemple não apenas os aspectos médicos e terapêuticos, mas também o suporte emocional necessário para que os pais possam superar o choque inicial e, gradualmente, aceitar e compreender o TEA. A presença de uma rede de apoio é igualmente importante para que as famílias se sintam acompanhadas em sua jornada, podendo assim desenvolver estratégias mais eficientes de cuidado e convivência com o autismo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA: DESAFIOS E CONQUISTAS LEGISLATIVAS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar vai além de uma mera obrigação legal. Trata-se de um princípio fundamental que valoriza a diversidade e os direitos humanos, integrando-os ao paradigma educacional democrático e inclusivo. Segundo Nozu, Bruno e Cabral (2018), o conceito de inclusão é moldado por uma combinação de fatores locais, globais, ideológicos, econômicos e culturais, sendo central para a promoção de uma educação que respeite as diferenças e crie um ambiente acolhedor.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a educação inclusiva, pois, em seu artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, da família e da sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) consolidou essa visão, promovendo políticas de inclusão e integrando as crianças com TEA às escolas regulares. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial foi formalmente instituída, ampliando o atendimento às necessidades de alunos com TEA no ambiente escolar.

Outra conquista significativa foi a aprovação da Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que reconhece as pessoas com autismo como pessoas com deficiência, assegurando-lhes os mesmos direitos

legais de acordo com a redação que determina: “art. 1º[...] § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.” Com isso as pessoas com TEA passaram, indiscutivelmente, a terem os mesmos direitos conferidos pelos dispositivos legais vigentes para as pessoas com deficiência. Adicionalmente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) veio a reforçar essas garantias, estabelecendo diretrizes para garantir o acesso, a participação e a permanência desses alunos na rede regular de ensino.

A Lei nº 14.126/2021, conhecida como Lei Romeo Mion, equipara o Transtorno do Espectro Autista (TEA) às demais deficiências para fins legais, assegurando uma maior proteção de direitos às pessoas com TEA. Essa legislação reforça a importância de garantir que crianças com autismo tenham pleno acesso às mesmas oportunidades educacionais e condições de aprendizagem que seus colegas, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar. Assim, a lei busca assegurar não apenas direitos fundamentais, mas também uma educação inclusiva e adaptada às necessidades individuais dos estudantes com TEA.

Mais recentemente, a Lei 14.624/2023, que estabelece o uso da fita de girassóis como símbolo para deficiências ocultas, tem incentivado uma nova percepção sobre as necessidades de alunos com TEA que não apresentam sinais físicos de deficiência. Esta legislação exige das escolas uma abordagem ainda mais cuidadosa, reforçando a necessidade de treinamento de todos os colaboradores da instituição, para que possam identificar e apoiar adequadamente esses alunos.

Embora essas legislações sejam fundamentais para a promoção dos direitos das pessoas com TEA, desafios ainda persistem. O aumento dos diagnósticos de autismo ao redor do mundo, junto com a falta de informações adequadas, indica que ainda há um caminho a ser percorrido. O papel das políticas públicas, como aponta Leite (2016), deve ser ampliado para garantir a difusão de conhecimento sobre o TEA e suas implicações, favorecendo assim uma maior aceitação e compreensão da sociedade.

Em decorrência disto, podemos analisar que as políticas públicas voltadas para as pessoas com TEA têm avançado significativamente no Brasil, proporcionando uma base legal sólida para a inclusão escolar e social. No entanto, a contínua evolução dessas políticas e a conscientização pública são essenciais para garantir que todos possam alcançar seu pleno potencial e viver com dignidade, conforme apontado por Leite (2016).

4 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA: CAPACITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para se compreender o autismo em sua complexidade, é fundamental reconhecer que ele não se limita a uma condição de desenvolvimento neuropsicológico, mas também se relaciona profundamente com a forma como os indivíduos experimentam e interagem com o mundo ao seu redor. Ao longo das últimas décadas, o estudo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem revelado aspectos intrínsecos da natureza humana e das múltiplas formas de cognição, percepção e socialização. O autismo nos desafia a questionar padrões de normalidade e a rever conceitos sobre o que significa interagir, aprender e construir relações. Nesse sentido, ele não só abre novas perspectivas para o campo da neurociência e da psicologia, como também nos incita a uma reflexão ética e metodológica sobre como conduzir pesquisas

e práticas educacionais inclusivas. Assim, mergulhar no universo do autismo exige uma postura aberta, flexível e, ao mesmo tempo, comprometida com princípios científicos e humanos. É nesse contexto que Bosa (2002) nos convida a refletir:

Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) - com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber e ignorância [...] (BOSA, 2002, p. 13).

Podemos compreender que a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos desafios mais complexos no cenário educacional contemporâneo, exigindo adaptações estruturais, curriculares e pedagógicas para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. Para que essas crianças sejam plenamente integradas nas escolas regulares, é necessário que haja um compromisso coletivo, que envolva professores, alunos, pais e toda a comunidade escolar. Como destacam Brande e Zanfelice (2012), esse processo exige uma colaboração ativa entre todos os envolvidos, visando à criação de um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade, enquanto promove o desenvolvimento acadêmico e social das crianças com TEA.

Como podemos perceber, os autores Silva e Brotherhood (2009), ressaltam que um dos principais obstáculos à inclusão escolar é a falta de capacitação adequada dos professores. Vejamos:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

Ainda, autores como Santos e Ribeiro (2021) também destacam que a formação inicial e continuada dos educadores é essencial para abordar as especificidades comportamentais e pedagógicas dos alunos com TEA. Contudo, essa capacitação frequentemente se revela insuficiente em muitas instituições, o que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Muitos professores, diante da falta de preparo, acabam recorrendo à intuição e a práticas improvisadas, sem um embasamento teórico robusto, o que compromete diretamente a qualidade da inclusão educacional (Lemos, Salomão e Agripino-Ramos, 2014). Isso reflete uma falha mais ampla nas diretrizes legais e educacionais, como apontado por Laplane e Lima (2016), que observam a indefinição nas leis quanto à formação dos profissionais de apoio escolar. Eles destacam que, apesar das leis mencionarem a necessidade de profissionais especializados, não há clareza sobre as qualificações exigidas, permitindo, muitas vezes, a contratação de pessoas com pouca ou nenhuma formação adequada. Essa lacuna nas políticas públicas leva a uma inclusão que:

Apesar das leis mencionarem o profissional, não especificam que tipo de profissional será esse. Uma menciona profissional especializado, mas em quê? E a outra chama de apoio escolar, que tipo de apoio? A indefinição de qual profissional está previsto nas leis deixa uma brecha para a contratação de uma pessoa com qualquer formação ou até mesmo sem. “Conclui-se que, apesar das garantias expressas em lei, documentos e diretrizes, a participação de alunos com autismo no ambiente escolar ainda [...] se encontra distante das metas inclusivas.” (LAPLANE, LIMA, 2016, p. 218).

Neste sentido, podemos apontar que embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes claras para a inclusão de alunos com deficiência, a prática ainda enfrenta muitos desafios. Além da questão da capacitação, problemas estruturais também representam um desafio significativo para a inclusão de alunos com TEA. Segundo Oliveira (2018), muitas escolas carecem de recursos adequados e tecnologias assistivas, fundamentais para facilitar o aprendizado de crianças com autismo. Esse problema é mais grave em regiões menos favorecidas, onde a falta de investimentos compromete a implementação de iniciativas inclusivas. À vista disso:

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

A inclusão, portanto, não é apenas uma questão de garantir o acesso à escola, mas também de assegurar a permanência com qualidade, como ressalta Suplino (2009). Isso exige uma adaptação curricular flexível e individualizada, que atenda às necessidades específicas dos alunos. Lima e Souza (2020), acrescentam que as crianças autistas apresentam características únicas, como sensibilidade a estímulos sensoriais e resistência a mudanças de rotina. Essas particularidades demandam uma abordagem pedagógica personalizada, que promova um ambiente de aprendizado eficaz e seguro. Além da inclusão física, é necessário adaptar as práticas pedagógicas para que o desenvolvimento acadêmico e social das crianças com TEA seja pleno. Suplino (2009) complementa que o sucesso na inclusão depende da criação de currículos individualizados, capazes de promover a autonomia e o desenvolvimento das crianças dentro do ambiente escolar.

Outro aspecto central na inclusão de crianças com TEA é a socialização. Ponce e Abrão (2019), argumentam que a convivência em ambientes inclusivos promove o desenvolvimento de competências sociais, como empatia, tolerância e respeito às diferenças. Estratégias como o uso do “colega tutor treinado⁴” são mencionadas como recursos eficazes para dinamizar as aulas e reduzir o preconceito, como

4 A estratégia de “colega tutor treinado”, referida por Fiorini e Manzini (2016), consiste em capacitar um colega da sala para apoiar diretamente o aluno com autismo em suas interações sociais e acadêmicas. O colega tutor recebe orientações específicas para facilitar a inclusão e promover a autonomia do aluno com autismo, atuando como mediador nas atividades escolares e nas relações com os demais colegas.

evidenciado por Fiorini e Manzini (2016). Essas práticas não apenas favorecem a integração dos alunos com TEA, mas também contribuem para a criação de um ambiente escolar mais equitativo e inclusivo.

A colaboração entre família e escola também desempenha um papel fundamental na inclusão. Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), destacam que o planejamento conjunto e a cooperação entre esses dois agentes são essenciais para garantir o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos com autismo. Sem uma abordagem colaborativa, o progresso educacional dessas crianças pode ser comprometido, dificultando o processo de inclusão.

Para assegurar uma inclusão escolar de qualidade, é imprescindível investir na capacitação docente, adaptar as práticas pedagógicas e promover um ambiente acolhedor e inclusivo. Esses elementos são fundamentais para garantir que os alunos com TEA tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social que os demais, fazendo da educação inclusiva uma realidade efetiva e transformadora.

5 O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E INOVAÇÕES

O uso de tecnologias educacionais tem se mostrado uma ferramenta essencial no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Souza e Ruschival (2015), os dispositivos digitais, especialmente aqueles com tecnologia touchscreen, são fundamentais para facilitar a interação de alunos com TEA, visto que eles eliminam a complexidade do uso de teclado e mouse, possibilitando uma melhor compreensão dos sistemas educativos. Esses recursos, ao serem utilizados corretamente, tornam-se poderosos aliados no desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Além dos recursos tecnológicos, estratégias pedagógicas específicas são necessárias para garantir que o aprendizado seja significativo. Santos (2016), ressalta a importância de planejar o uso de jogos e aplicativos digitais de forma integrada aos conteúdos curriculares, associando-os a metodologias adequadas às características das crianças com TEA. Essa abordagem não visa apenas ao entretenimento, mas ao aprendizado lúdico e interativo, onde o professor pode acompanhar a evolução do aluno.

Por outro lado, tecnologias como os jogos digitais também desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem. Esses jogos, quando inseridos no planejamento pedagógico, contribuem para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, como observado por Barroso e Souza (2018). As ferramentas que possuem “touch”, além de promoverem autonomia e coordenação viso-motora, podem reduzir comportamentos disruptivos, tornando-se ainda mais relevantes no contexto escolar para crianças com TEA.

Além disso, é importante destacar o papel das tecnologias assistivas de baixo custo, como aplicativos gratuitos para comunicação alternativa e sistemas simples de visualização de rotinas diárias, que podem ser implementados em escolas públicas, especialmente em regiões menos favorecidas. Essas ferramentas, quando integradas ao currículo, têm o potencial de aumentar a acessibilidade e melhorar o desempenho acadêmico dos alunos com TEA. Existem soluções acessíveis que, quando integradas ao ambiente escolar, podem melhorar significativamente a aprendizagem. Benini e Castanha (2016), observam que, mesmo com as limitações de comunicação apresentadas pelos alunos com TEA,

as ferramentas tecnológicas ajudam a superar essas barreiras, permitindo que os alunos se expressem e interajam de maneira mais eficaz.

As estratégias pedagógicas tradicionais, aliadas às inovações tecnológicas, oferecem um suporte robusto à inclusão escolar de alunos com TEA. A formação contínua de professores é um elemento central nesse processo, conforme enfatizado por Mantoan (2015), ao destacar que educadores preparados têm a capacidade de adaptar suas práticas às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, a análise do comportamento aplicada Applied Behavior Analysis (ABA)⁵ e o método Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children - TEACCH⁶, que combina materiais visuais com atividades estruturadas, são metodologias eficazes para promover a autonomia e o desenvolvimento cognitivo dessas crianças (Smith *et al.*, 2017; Mesibov e Shea, 2016).

Em suma, o uso de tecnologias, quando combinado com metodologias pedagógicas especializadas e a capacitação contínua dos professores, é crucial para garantir uma inclusão de qualidade no ensino regular. A escola, junto com sua equipe pedagógica e com o apoio de políticas públicas, deve ofertar esses recursos para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, permitindo que alunos com TEA desenvolvam plenamente suas capacidades acadêmicas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um processo multifacetado que demanda a adoção de estratégias pedagógicas e metodológicas adaptadas às necessidades específicas desses alunos. Conforme apontado ao longo deste estudo, o diagnóstico precoce é essencial para possibilitar intervenções terapêuticas e educacionais mais eficazes. Amaral (2020) e Silva (2009) enfatizam que a detecção antecipada dos sinais do autismo permite a criação de planos educacionais personalizados, maximizando as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem para as crianças com TEA.

Entretanto, no Brasil, ainda persistem desafios relacionados à implementação de práticas diagnósticas eficientes, o que afeta o início de intervenções adequadas, conforme indicado por Silva (2009). Isso reforça a necessidade urgente de aprimorar as práticas profissionais e garantir que o diagnóstico esteja acessível a todas as famílias, principalmente em regiões menos favorecidas. Paralelamente, as políticas públicas brasileiras, como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), têm sido fundamentais ao assegurar os direitos de crianças com TEA à educação, embora sua efetivação ainda enfrente obstáculos consideráveis, como a falta de infraestrutura e de capacitação de professores.

O uso de metodologias como ABA e TEACCH, amplamente reconhecidas por seu potencial de promover o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA, também se revela indispensável nesse contexto. Além dessas abordagens, a utilização de tecnologias educacionais e recursos assistivos tem se

5 A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma abordagem científica que utiliza princípios comportamentais, como o reforço positivo, para ensinar habilidades e modificar comportamentos.

6 O método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children) é um programa que visa promover a autonomia e o desenvolvimento de pessoas com autismo. Ele é baseado na organização do ambiente e das atividades, utilizando suportes visuais para melhorar a compreensão e comunicação, facilitando a aprendizagem e a independência.

mostrado crucial para tornar o aprendizado mais acessível e inclusivo, conforme sublinha Oliveira (2018). No entanto, esses avanços dependem não só da implementação de políticas públicas eficazes, mas também do comprometimento contínuo das escolas e da formação adequada dos profissionais de educação.

Santos e Ribeiro (2021), destacam que a capacitação contínua dos professores é essencial para lidar com as especificidades comportamentais e pedagógicas das crianças com TEA. Apesar disso, em muitas escolas, essa formação ainda é insuficiente, especialmente nas regiões mais carentes. Para que a inclusão seja realmente efetiva, é necessário um esforço conjunto entre governos, escolas e famílias. Como observa Mantoan (2015), a inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas implica na garantia de suporte adequado para que todos os alunos possam aprender e se desenvolver em igualdade de condições.

Além de beneficiar diretamente as crianças com TEA, a inclusão escolar também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade escolar, ao promover a convivência com a diversidade e preparar os alunos para uma sociedade plural e inclusiva. A colaboração entre família, escola e profissionais de saúde e educação é, portanto, crucial para transformar as políticas públicas em práticas concretas e eficazes que garantam uma educação de qualidade para todos.

Em conclusão, embora tenham sido realizados avanços significativos no diagnóstico e na inclusão escolar de crianças com TEA, ainda há muito a ser feito. A continuidade no investimento em políticas públicas, na capacitação de profissionais e na adaptação de escolas é essencial para garantir uma educação inclusiva e transformadora. Para que isso ocorra, é crucial que as escolas implementem tecnologias assistivas acessíveis, como aplicativos educacionais voltados para a comunicação e o desenvolvimento de habilidades sociais em alunos com TEA. A coordenação entre governos, escolas e famílias, apoiada por uma rede de especialistas, é indispensável para garantir que a legislação se traduza em práticas reais e eficazes no ambiente escolar. A criação de ambientes acolhedores e personalizados para alunos com TEA, onde suas potencialidades possam ser plenamente desenvolvidas, deve ser vista não apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso moral com o futuro de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, F. **Transtornos do espectro autista: Da teoria à prática**. São Paulo: Editora ABC, 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (5th ed.). Washington, D.C.: APA, 2013.

ALMEIDA, Pedro Henrique Pereira Sousa de; MAZONI, Anna Rachel Gontijo; CONCEIÇÃO, Vagner Miranda da. Aprimorando a participação: estratégias para apoiar alunos com autismo na educação física escolar. **SciELO Preprints**, 2024. Submetido em: 23 maio 2024. Postado em: 29 maio 2024 (versão 1). Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8972>. Acesso em: 28 set. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, Denise Araújo; SOUZA, Ana Claudia Ribeiro. O uso das tecnologias digitais no ensino de pessoas com autismo no Brasil. In: **Congresso Internacional de Educação e Tecnologia (CIET); Educação e Tecnologias: Inovação em Cenários em Transição**. 2018.

BENINI, Wiviane; CASTANHA, André Paulo. **A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola comum: desafios e possibilidades.** Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor. PDE., 2016.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação: atuais desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/viewFile/3350/3099>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (Lei Berenice Piana). **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Lei Brasileira de Inclusão). **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

CARVALHO, Karinise da Silva. Estratégias pedagógicas para facilitar a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Humana Res**, v. 1, n. 2, p. 20-29, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/37>. Acesso em: 28 set. 2024.

COLLET, N.; TORQUATO, I. M. B.; REICHERT, A. P. S., *et al.* **Transtornos do Espectro Autista: Impactos nas famílias e políticas de intervenção.** São Paulo: Editora XYZ, 2016.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman; LIMA, Stéfanie Melo. Escolarização de Alunos com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, abr./jun. 2016.

LEITE, Solange Maria de. **Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, G. P.; SOUZA, F. R. **Inclusão e autismo: desafios e soluções na prática pedagógica.** Curitiba: Editora Didática, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MESIBOV, G.; SHEA, V. **The TEACCH Approach to Autism Spectrum Disorders.** New York: Springer, 2016.

NURMI, J. E. Educational equality and inclusion: A Finnish perspective. **Journal of Special Education Research**, v. 28, n. 1, p. 30-35, 2020.

OLIVEIRA, S. M. Desafios da educação inclusiva no Brasil: Uma análise das políticas públicas. **Revista Educação e Sociedade**, v. 39, n. 143, p. 52-60, 2018.

PONCE, Joice Otávio; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Revista Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/155742/156574>. Acesso em: 23 maio 2023.

SANTOS, Alex Reis dos; RIBEIRO, C. P. Formação de professores e inclusão: Um olhar para o TEA. **Educação em Revista**, v. 37, n. 2, p. 65-78, 2021.

SILVA, R. C. Educação inclusiva e políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 2, p. 109-121, 2019.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. Autismo e inclusão: da teoria à prática. In: **V ECPP**, Maringá, out. 2009. Disponível em: http://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf. Acesso em: 03 abr. 2014.

SMITH, T.; ADAMS, R.; RIVERA, S. Applied Behavior Analysis in the Classroom. **Educational Psychology Journal**, v. 42, n. 3, p. 100-110, 2017.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural**: Guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Maceió: ASSISTA, 2005. Disponível em: http://www.aia.org.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1330&Itemid=192. Acesso em: 03 abr. 2024.

SOUZA, Andriele Oliveira; RUSCHIVAL, Claudete Barbosa. Autismo e educação: Jogo digital estimulador da comunicação e da linguagem em crianças autistas. **Lat. Am. J. Sci. Educ.**, v. 1, p. 12124, 2015.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação docente na perspectiva da inclusão. In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>. Acesso em: 23 maio 2023.